



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 070

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 070**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	02
Expediente:	
Requerimentos	02
Projetos de Lei	05
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	06
Dep. Barbosa Neto	07
Dep. Dobrandino da Silva	08
Dep. Luciana Rafagnin	08
Dep. Jocelito Canto	10
Dep. José Maria Ferreira	11
Grande Expediente:	
Dep. Durval Amaral	12
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	16
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	16
3ª Discussão	19
2ª Discussão	19
1ª Discussão	21
Requerimentos	22
Encerramento da Sessão Ordinária.....	23
Publicações:	
Programa de Demissão Voluntária	
Pedido de Adesão	23

068ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (048). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes e Nelson Justus (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) CIDA BORGUETTI

REQUERIMENTO Nº 2078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 34, inciso I e 35 do Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, formação de Comissão Parlamentar Especial, composta por cinco membros nomeados pela Presidência da Casa, para, no prazo de noventa dias, investigar porque ainda não foi procedida a reintegração de posse já determinada pelo Poder Judiciário da Fazenda Boito, localizada no Município de Matelândia, invadida por agricultores sem-terra há mais de um ano e cujos proprietários não podem ao menos adentrar na propriedade.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) ELIO RUSCH

Membros:

Elio Rusch, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter, Reni Pereira, Dobrandino da Silva.

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta última segunda-feira, em Apucarana, do Dr. Jurandir de Souza, Advogado e Procurador do Município de Apucarana, com 83 anos, de família tradicional no Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, em Apucarana, e ao filho do falecido, o Desembargador Jurandir de Souza Júnior, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal O Estado do Paraná pelas passagens de seu aniversário de fundação, no próximo dia 17 de julho.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência, ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, Diretor-Presidente do jornal O Estado do Paraná, para que receba e transmita aos diretores, jornalistas, funcionários e cola-

boradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aio longo de 54 anos de atividades, o jornal O Estado do Paraná permanece fiel à sua linha independente.

Graças ao labor e dinamismo do seu Diretor-Presidente, Dr. Paulo Pimentel, que permanece à frente desse importante veículo de comunicação, o jornal O Estado do Paraná, com o tempo se consolidou e assegurou sua credibilidade junto ao imensurável universo de leitores, pois é, antes de mais nada, um veículo a serviço do Paraná.

É para nós paranaenses um momento de alegria, quando festesejamos os 54 anos de fundação do nosso glorioso jornal O Estado do Paraná.

Para a população paranaense é muito gratificante mostrar o lado positivo de nossa Estado, é ainda muito mais satisfatório levar ao conhecimento da opinião pública a informação com seriedade, como é o caso do nosso jornal O Estado do Paraná, sério com suas colocações, combatível contra o errado.

A imprensa tem prestado relevantes serviços à população que clama por melhorias, é ela o elo entre governantes e povo, sem ela as mudanças de expressão com certeza não aconteceriam, se não fosse a imprensa que grita em nome da nação, enfrentando grandes e fortes, as vezes até se prejudicando, como já vimos muitas vezes, em processos contra jornais e órgãos de imprensa, mas vamos dizer ela é corajosa, o que ocorre com o jornal O Estado do Paraná, que continua com sua linha de postura correta.

Pelo exposto, e por tantos outros destaques do mencionado jornal, a sua direção e todo o corpo de auxiliares, fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado que o sucesso é fruto de trabalho e da competência administrativa de seus dirigentes, funcionários e colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 2079

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando ao mesmo recursos para a Santa Casa de Maringá ampliar o número de leitos da UTI Pediatria/Neonatal daquele estabelecimento, para o êxito dos objetivos assistenciais que norteiam o atendimento ao público carente de recursos financeiros.

É essencial a reforma e ampliação de quatro leitos na UTI Pediátrica, sendo um leito para isolamento e três leitos normais, com custo estimado de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Para o funcionamento desses leitos também é fundamental a aquisição dos seguintes equipamentos:

- incubadoras;
- berços aquecidos;
- oxímetros;
- respiradores pediátricos/neonatal;
- ambus;
- laringoscópios;
- SIPAPS.

A Santa Casa de Maringá representa serviço de qualidade para a população e região, razão pela qual solicita-se a atenção da Secretaria da Saúde do Estado, firmando convênio para a melhor execução desses serviços.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) CIDA BORGUETTI

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando o credenciamento da Santa Casa de Maringá como referência de Gestante de Alto Risco, cujo pedido se encontra em análise na Comissão Bipartite desde 17 de dezembro de 2002.

Requer, outrossim, seja renovado o convênio da Secretaria de Saúde com a Santa Casa de Maringá, cuja finalidade é o repasse de recursos financeiros destinados a auxiliar na manutenção do Hospital no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pleiteando-se a ampliação desse valor para R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A Santa Casa de Maringá representa serviço de qualidade para a população e região, razão pela qual solicita-se a atenção da Secretaria da Saúde do Estado, firmando convênio para a melhor execução desses serviços.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) CIDA BORGUETTI

REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Peabiru.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Peabiru, Sr. João Carlos Klein, (Prefeitura Municipal - CEP 87250-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Wilson Jardim de Carvalho (Câmara Municipal - CEP 87250-000).

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Diretora-Presidente do IAPAR, Sra. Doralice de Fátima Cargano, parabenizando aquela instituição pela passagem de seu 33º aniversário, destacando-se os incontáveis e relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

A referida homenagem se estende também aos pesquisadores, coordenadores, técnicos, enfim todos os seus funcionários que fizeram e continuam fazendo a grandeza daquela instituição com muito trabalho sério, com muita dignidade, com muito conhecimento, sempre buscando a melhoria da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

André Vargas e Elza Correia.

REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando informações sobre o atual estágio de investigações, se é que foi aberto procedimento investigatório, para apurar as denúncias que seguem em anexo.

Caso não tenha sido aberto tal procedimento, o solicitamos através deste.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Secretário da Segurança Pública, Dr. Fernando Ferreira Delazari, solicitando procedimento de extensão de investigações junto às prefeituras municipais, dos municípios que mantinham contratos de obras com as empresas empreiteiras envolvidas em recentes denúncias divulgadas por essa Secretaria.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Procurador Geral do

Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando procedimento de extensão de investigações junto às prefeituras municipais, dos municípios que mantinham contratos de obras com as empresas empreiteiras envolvidas em recentes denúncias divulgadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 424/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Anawim, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão / PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei se justifica, por tal proposição, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo nos seus sete anos de existência, fundada em 04.08.1998, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão/PR, entidade sem fins lucrativos e de duração indeterminada e tem por objetivo a finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família, conforme documento anexo.

PROJETO DE LEI Nº 425/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itaguajé e foro no Município de Colorado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itaguajé é mantenedora da Escola de Educação Especial Rafael Costa da Rocha, que é entidade filantrópica, foi fundada em 18 de dezembro de 2003.

O trabalho desenvolvido nas APAE's em todo o Brasil é essencial e não é diferente na APAE de Itaguajé,

que proporciona orientação às famílias e acolhe crianças com necessidades especiais.

Hoje a escola atende 37 alunos, atendidos em dois turnos.

A escola também vem capacitando os profissionais que atendem na escola e também vem realizando campanha pró-aquisição de terreno para construção da sede própria.

A APAE de Itaguajé é jurisdicionada da Delegacia Regional de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 426/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 17 da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

“Parágrafo Único. Para o ingresso e permanência no regime de dedicação exclusiva os professores deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, além de atender ao estabelecido na lei e nas normas da Instituição de Ensino Superior.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem por objetivo alterar a redação do parágrafo único do artigo 17 da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

A nova redação receberá em seu texto, a expressão: “de ensino”, referente a projetos de ensino de cursos superiores, além dos projetos de pesquisa ou extensão que já possui.

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988, com mesmo texto do artigo 180 da Constituição Estadual do Paraná, preconiza: “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

No XVII Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras - ForGRAD, realizada em Manaus, nos dias 16 a 19 de maio de 2005, ao estabelecer a Política Nacional de Graduação, confirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Já se fortaleceu e vem se fortalecendo, cada vez mais, no meio acadêmico, a idéia de que as questões relacionadas ao ensino merecem pesquisa e desenvolvimento de materiais específicos, que objetivem focalizar as práticas pedagógicas e a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Neste cenário, as Instituições de Ensino do Brasil, tanto públicas quanto as privadas, têm enfatizado a reali-

zação de Projetos de Ensino, para manter o tripé de sustentação das Instituições, que é ensino.

Nas Instituições Públicas de Ensino do Paraná, encontram-se em desenvolvimento, no momento, 289 (duzentos e oitenta e nove), projetos de ensino, conforme relato do professor Dr. Edson Carlos Romualdo, Diretor de Ensino de Graduação da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Tais projetos, assim como os de pesquisa e extensão, não só originam publicações e material didático como também contribuem para o bem social.

A compreensão da abrangência e importância dos projetos de ensino pode ser mostrada pela concretização que eles recebem na Universidade Estadual de Maringá - UEM. Na UEM, entende-se por projetos de ensino toda proposta de atividade formulada com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos docentes e discentes que tenham como objetivos:

I - desencadear um processo de inovação da prática pedagógica, comprometido com as exigências sócio-econômicas e político-culturais;

II - propiciar uma reflexão crítica das questões de ensino-aprendizagem indicando meios para sua reformulação e desenvolvimento;

III - atender às necessidades de melhoria da prática pedagógica;

IV - promover o aprimoramento do conhecimento científico, do saber sistematizado e organizado, que conduza o aluno, o professor, a instituição e a própria sociedade a um processo de análise e avaliação crítica.

A Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná - CEA, órgão ligado ao SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em reunião realizada em 03.12.2004, propôs nova planilha solicitando informações sobre a produtividade em projetos de ensino.

A CEA, com tal atitude, considera a realização de projetos de ensino de suma importância, levando as 03 (três) modalidades de projetos, à equivalência acadêmica, que na prática já ocorre a muito tempo.

E ainda, reconhece que as 03 (três) categorias de projetos possuem o mesmo valor acadêmico e, conseqüentemente, merecem o mesmo tratamento para o ingresso e permanência no Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE.

Com a aprovação da nova redação do parágrafo único, ora em tela, será evitado que projetos, cujo cerne sejam o ensino, tenham que migrar para pesquisa e extensão, somente para atender ao dispositivo legal.

Com isso colocará, as Instituições Públicas do Paraná, que sempre estão na vanguarda das discussões, em posição de relevância e de igualdade com as demais Instituições de Ensino Superior deste País.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem usamos desta tribuna para defendermos uma idéia e defendermos aqui os agricultores do Paraná, que estão sendo vítimas de um mal entendimento da legislação. Eu digo estão sendo vítimas porque o direito desses agricultores não está sendo respeitado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque o Governo do Estado, usando dos seus braços, que o IAP, quer a tal Força Verde, quer os Promotores Públicos das Comarcas, estão a exigir dos agricultores a constituição da reserva legal em suas propriedades agrícolas.

A constituição de reserva legal, Sr. Presidente, não pode ser feita atingindo o direito às propriedades que esses agricultores têm anterior à lei e ao Código Florestal, que é de 1965, as resoluções do CONAMA, bem como a nova lei que institui a obrigatoriedade da reserva legal. Ela deve ser constituída nas propriedades que ainda não foram desmatadas, e naquelas propriedades tituladas e que em cujos títulos tem ali a cláusula da obrigatoriedade da constituição de reserva, que não é o caso aqui específico no Paraná, porque 90% das propriedades no Paraná foram tituladas pelo Governo que não colocou a cláusula da constituição de reserva legal e de reserva florestal inclusive; mudando o termo para podermos alcançar então o que aqui estamos colocando, mas a lei não pode retroagir para ferir o direito adquirido e a coisa julgada, e aqui estão fazendo-a ter o efeito retroativo, em prejuízo de milhares de agricultores no Paraná.

O Governo do Estado age como se fosse uma coisa normal, mandando prender pequenos produtores rurais. Um homem com 72 anos de idade - disse eu ontem aqui e vou repetir - foi preso na região de Maringá, algemado e jogado em um camburão, porque suas vacas estavam pastando embaixo das árvores da reserva legal, que ele havia sido obrigado a constituir pela pressão administrativa do IAP, policial "Força Verde" do Governador Roberto Requião!

O Governador Roberto Requião insinua para os seus assessores e para os seus subalternos que ele é Hulk, o todo-poderoso! Ele está mais para Inri-Cristo. Aliás, recebi ontem uma carta do Inri-Cristo, protestando por ter comparado o Governador Requião a ele. Ele me comunica dizendo que não aceita a comparação e que vai me processar.

Realmente fiz essa comparação com o objetivo de apenas fazer uma nivelção das autoridades aqui no Paraná.

Queremos ver a reserva legal da Itaipu, que tem também que constituir 20% de reserva legal da COPEL. Aí vamos ter que fazer o seguinte: paralisar o Estado para a constituição de reservas legais. Vamos transformar o Estado numa reserva legal em estado permanente.

O Governo do Estado precisa prender o Samek, em Itaipu, já que ele quer prender todo mundo, e mandar prender o Diretor da COPEL e das outras hidrelétricas do Estado e aí, então, poderá prender os agricultores do Paraná, porque a lei tem que ser igual para todos! Esse é o princípio fundamental de direito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

São questionáveis os resultados que estão sendo apresentados pela Secretaria da Segurança Pública em relação às operações ou forças-tarefas que estão sendo realizadas em várias partes do Estado.

A “Operação Londrina Segura” faz um balanço de seus primeiros dias na cidade. Leio aqui nos jornais que, desde o dia 20 de junho, 310 policiais militares e civis estão na cidade para reforçar o efetivo já existente.

Nos primeiros dias foram apreendidos quatro menores, duas armas de fogo, onze cartuchos e munições. Será que precisa de uma força-tarefa especial para apreender quatro menores, para realizar a apreensão de duas armas de fogo, onze cartuchos de munições com 310 policiais civis e militares, com mais de trinta viaturas?

Tanta festa para pouco resultado! Não precisava de tudo isso! Aliás, a imprensa já começa fazer chacota da presença dessa operação na cidade de Londrina. Com charges, satirizando a presença desses policiais que não conhecem a cidade, que não sabem a realidade dos bandidos que se homiziam em pontos conhecidos dos antigos policiais que lá estão na ativa há tanto tempo.

O que mais revolta a população de Londrina é que esses policiais - que são estrangeiros para Londrina - estão ficando no Hotel do Lago, hotel quatro estrelas, à beira do Lago Igapó, com circuito interno com 110 canais de televisão, com ar condicionado, pagando a diária de 110 reais!

O Deputado Reni Pereira fez um requerimento, protocolado por esta Casa, e o resultado da operação desse mesmo porte, realizada em Foz do Iguaçu, foi de que gastaram três milhões 650 mil reais, e, 45 dias da operação, e os resultados foram pequenos diante da grandiosidade da delinquência do Brasil com o Paraguai. Não sei o quanto vão gastar em Londrina, mas se forem gastar três milhões e 650 mil reais, dava para se comprar, pelo menos, cem novas viaturas para nossa cidade.

O que é mais grave é que foi feito um verdadeiro carnaval para anunciar a presença dessa operação em Londrina, sendo que ela deveria ser sigilosa, deveria estar em conjunto com o Ministério Público e com a Justiça. Agora, sai em manchete, na capa de jornal, anunciando: “policiais vão a Cambé, Ibiaporã, Tamarana”. E diz lá que essas cidades serão “contempladas”, em breve, pela Secretaria Estadual da Segurança Pública! Como se segurança não fosse um direito da população!

O que é mais grave: outro alarde, aqui, como se usasse uma corneta passando pelas ruas da cidade dizendo: “atenção, bandidos! Alô Cambé! Alô Ibiaporã! Alô Tamarana! Os policiais estão chegando!” Será que algum bandido vai permanecer na cidade com as mãos sendo estendidas para colocarem as algemas? Que absurdo é esse? Estão tratando com descaso a segurança pública do Estado do Paraná!

A relação custo-benefício é questionável, aliás, estamos lendo pela imprensa e acompanhando o anúncio do aumento do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil no Estado do Paraná, mas, até agora, nós só estamos ouvindo esse anúncio porque na prática ele não se realizou.

Lamentavelmente, nós estamos esperando pela contratação de novos policiais, mas o fato é que, até agora, de concreto não existe nada. O número de delegados em Londrina diminuiu, o número de policiais militares e civis diminuiu nesses últimos anos. Há vinte anos, o número de policiais militares e civis era superior ao número que estamos tendo até agora e, lamentavelmente, nenhum novo policial foi contratado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela aquiescência para que possamos registrar aqui, até com certo constrangimento, que a segurança pública, infelizmente, não teve uma melhoria na qualidade com a presença dessa força-tarefa no norte do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão, se V. Exa. me permitir eu não farei uso do Pequeno Expediente, até por um entendimento.

Não é uma Questão de Ordem, mas é uma questão que tem que ser levantada nesta Casa.

Eu assisti, hoje, pela manhã, uma entrevista do Secretário de Comunicação, Airtton Pissetti que, ultimamente, tenho chamado de “fugitivo”. Ele colocou em dúvida a honra e a palavra do Líder do Governo, Dodrandino da Silva, e além disso, colocou em dúvida a palavra do Chefe da Casa Civil.

Eu fico preocupado, porque esse cidadão vem abusando desta Casa há muito tempo, e se é que o Governador fez elogios a esta Casa dizendo que o Parlamento paranaense é um Parlamento de respeito, não é possível que o Secretário da Comunicação vá a um meio de comunicação e desautorize o Líder do Governo, o Chefe da Casa Civil! Imagine, Sr. Presidente, com o poder que tem

este homem dos recursos na sua Secretaria! Se ele faz isso com o Líder do Governo, o que fará com o Líder da Oposição?

É o maior sinal que temos observado, que o espaço da Oposição hoje nos meios de comunicação é praticamente zero, e agora está querendo tirar a honra daquele a quem nós respeitamos muito.

Temos tido aqui, Sr. Presidente, com os Deputados do Governo, debates, mas sempre dentro do respeito. Principalmente o Deputado Dobrandino, que goza de um respeito junto aos Deputados de Oposição, que quando ele vem conversar conosco sobre qualquer questão de projetos de interesse do governo, não é que nós nos curvemos à vontade do Dobrandino, mas há sempre um perfeito entendimento até pelo respeito que nós temos ao cidadão Dobrandino da Silva, Deputado Estadual. Infelizmente o Secretário da Comunicação, Airton Pissetti continua ao desrespeitar o Líder do Governo, desrespeitando esta Casa.

Deixo aqui o meu protesto porque quando vi a sua entrevista hoje, não acreditei que aquele cidadão possa ser Secretário do Governo Requião!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Dobrandino, com a palavra.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Gostaria de responder ao Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, agradecendo pelas suas palavras de entendimento e respeito.

Realmente tenho respeito pela Oposição. São Deputados eleitos pelo povo do Paraná. Sempre disse que a Oposição, o regime democrático, é importante o equilíbrio de forças. E eu não tenho nenhuma dificuldade, nunca tive e não terei de conversar e buscar dentro dos objetivos do interesse público, esse entendimento com os Deputados.

O Rossoni, independente de ser Oposição ao nosso Governo, é meu amigo, defendendo sempre esta comunicação entre os Deputados, então, ele tem realmente todo o direito em fazer este comentário.

Quero fazer na mesma linha, mas quero dizer o seguinte, Deputado Rossoni: eu sou Líder do Governo, estou aqui para defender porque conheço o nosso Governador; é um governo sério, mas não vou aqui defender este ou aquele Secretário se na verdade ele não tiver uma conduta ilibada.

Conversei também com o Chefe da Casa Civil e ele também disse ontem ainda, eu não sabia e não ouvi esse comentário do Secretário Pissetti. Vou dizer de novo: se ele disser que falou comigo, ele está mentindo! Não o autorizo a mentir em meu nome! Está desautorizado!

Graças a Deus sempre andei de cabeça erguida e não é ao final, talvez, na minha trajetória política que vou mudar de posição. Falo aqui aquilo que penso e o que é correto. Ele não me comunicou, até porque tinha que comunicar o Governo e não a mim. Ele não me comunicou, como não comunicou o Chefe da Casa Civil, e ele que vá explicar se ele informou errado o Governador ou mentiu! Ele que vá prestar contas com a Comissão de Ética!

Não farei nada aqui para proteger, já falei isso ao Presidente da nossa Casa, a Assembléia, Deputado Hermas Brandão. Esta Casa tem que se pautar com seriedade perante a população do Paraná. Nós vamos defender aquilo que é coreto, o que for errado, que se corrija!

Ele falar no meu nome, que diz que me comunicou! Não são verdadeiras as suas palavras! Portanto, a Csa deve estar convocando-o para a Comissão de Ética.

Ele que explique! Se fez besteira, que pague pelos seus atos!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Questão de Ordem Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Rapidamente, julgo até oportuno fazer essa colocação, já que havia um entendimento ontem com a Situação e esta Oposição, para que não fizéssemos uso da tribuna na manhã de hoje. Só que, infelizmente, haviam poucos Deputados na Casa, houve a inscrição do Deputado José Domingos Scarpellini; até para esperar a chegada dos outros Parlamentares, acabamos utilizando a tribuna.

Não desrespeitamos inclusive o acordo firmado, não usaremos mais a palavra na manhã de hoje e faço minhas as palavras dirigidas ao Deputado Dobrandino Gustavo da Silva que, como Líder da Situação tem sido realmente uma figura que nós respeitamos, admiramos e tem todo o nosso apreço.

Dito isso aqui, como disse o Deputado Valdir Rossoni, que nós sete liderados, que somos sete autênticos membros da Oposição, respeitamos em todo o momento e mais uma vez ratifico aqui as palavras feitas pelo nosso Líder da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Luciana Rafagnin, com a palavra no Pequeno Expediente.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No uso deste Expediente eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer o apoio tido no dia de ontem no requerimento subscrito por vários Deputados, que cria uma Frente Parlamentar de acompanhamento aos proces-

sos de instalação e concessão das centrais hidroelétricas no nosso Estado do Paraná.

Também quero aqui agradecer o apoio desta Casa, o trabalho da taquigrafia, dos funcionários desta Casa na manhã de ontem e de uma maneira especial ao Presidente Hermas Brandão, que liberou este plenário para que pudéssemos trabalhar a Audiência Pública é muito importante a criação dessa Frente Parlamentar para que possamos acompanhar todo esse processo de instalação e concessão das centrais hidroelétricas para que não ocorram mais injustiças com as famílias que são envolvidas e de uma maneira especial com os agricultores, pequenos agricultores, chamados também de agricultores familiares.

Mas, faço uso desta tribuna, porque no dia de hoje o IAPAR completa trinta e três anos. Nós já encaminhamos um requerimento à Mesa, parabenizando o IAPAR por esses trinta e três anos.

(Lê):

“Criado em 29 de junho de 1972 e, portanto, comemorando hoje 33 anos de existência, o IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná - tem sua sede em Londrina, um pólo regional de pesquisa em Curitiba e outro em Ponta Grossa, além de uma rede de 33 estações meteorológicas, 17 estações experimentais em diferentes regiões do Estado e conta, ainda, com 21 laboratórios especializados.

O IAPAR, conta, hoje, com 816 servidores. Desse, 105 são pesquisadores e 21 são analistas nas áreas de Ciência e Tecnologia (em funções de nível superior). Muitos dos seus trabalhos, inclusive o de pesquisa, estão sendo mantidos graças à colaboração voluntária de pesquisadores aposentados - que são cerca de 11 aposentados. Esses laços existem por conta da sua história de dedicação e de compromisso que têm com a qualidade e o sucesso da instituição. A equipe conta também com o reforço de bolsistas, pesquisadores, técnicos e um grande número de estagiários.

O IAPAR tem por missão institucional “gerar tecnologia agropecuária adaptada às condições dos agricultores e às exigências dos consumidores e das agroindústrias, de forma a promover o desenvolvimento sócio-econômico e o bem estar dos paranaenses”, servindo de referência tecnológica nacional e internacional.

O IAPAR tem participação ativa na formulação e implementação de políticas públicas, desenvolvendo muitos programas governamentais em áreas estratégicas como a segurança alimentar, desenvolvimento rural, meio ambiente e na perspectiva de ampliar as ações voltadas à agricultura familiar. O organismo mantém vinte grupos de pesquisa, catalogados no diretório dos grupos de pesquisas do CNPQ, em que se destaca como principais trabalhos:

- O lançamento de 120 variedades de alimentos, entre elas de trigo, feijão, milho, algodão, café, laranja, arroz, mandioca, batata, de frutas de clima temperado (como pêssego, ameixa, nectarina e maçã), além de braquiárias e forrageiras diversas.

- reconhecida competência no manejo de conservação do solo e da água, inclusive o desenvolvimento de tecnologias para a prática do plantio direto;

- viabilização da agricultura nas regiões de areito (o Noroeste do Estado), pela integração lavoura-pecuária;

- viabilização da citricultura também no Noroeste do Estado e, mais recentemente, na região Sudeste do Paraná;

- desenvolvimento de variedades de café próprias para cultivo no Paraná e dos sistema de produção de café em plantio adensado;

- coordena em nível nacional o Projeto GENOMA CAFÉ, representando o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, em conjunto com a FAPESP e EMBRAPA - Cenargem;

- realiza o levantamento de demandas e soluções tecnológicas específicas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, dentro do Programa Sistemas de Produção; e,

- implantou, em 2004, o Programa de Pesquisa em Agroecologia e constitui o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, junto com a EMATER-PR e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por reconhecer a crescente importância da agricultura orgânica e das práticas agroecológicas para um modelo de agricultura sustentável.

Mas, apesar de toda essa importância para a agricultura paranaense e diante da perspectiva de aprofundamento da atuação junto à agricultura familiar e à agroecologia, que resultará certamente em incremento desses setores, o IAPAR vem enfrentando algumas dificuldades há muito tempo:

- Em 1992, o seu quadro era de 1406 servidores: Hoje, é de pouco mais de 800 (816 precisamente) e, diante das demandas atuais, a instituição tem um déficit de pelo menos 260 servidores. O IAPAR, portanto, não contrata servidores há 13 anos.

- Os servidores do IAPAR não têm reposição salarial desde 1997.

- Além da preocupação com o número reduzido de servidores no quadro de pessoal, a previsão para o próximo quinquênio é de que se aposente cerca de 16% do quadro de pesquisadores e 24,3% dos servidores, vinculados às demais carreiras do Instituto.

- Há necessidade emergente de novos investimentos e;

- Aguarda o PCCV - Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos.”

São muitos os trabalhos realizados pelo IAPAR e de grande importância no nosso Estado, e de uma maneira especial, é claro, para a agricultura do Paraná.

Então, quero hoje, nesta tribuna, parabenizar o IAPAR pelos seus 33 anos e sabemos que enfrenta várias dificuldades, porque em 91 foi autarquizada; desde 92, isto há 13 anos atrás que não tem nenhum servidor que é admitido no IAPAR. Então, em 92 o seu quadro era de

1406 servidores, hoje é de 816. Pela demanda do IAPAR hoje necessária, no mínimo, de 260 servidores.

Portanto, é uma grande preocupação e nós sabemos que isto dificulta o grande trabalho que o IAPAR vem desenvolvendo. Também, desde 97 que os servidores não têm uma reposição salarial. Estão, também, aguardando uma decisão do Governador quanto ao PCCV, que é muito importante para que eles possam continuar também desenvolvendo os seus trabalhos, em prol do desenvolvimento do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (Sem Partido)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acabei de ver e ouvir o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto e chama a atenção os constantes pronunciamentos que ele faz sobre segurança e não há dúvida que é um batalhador pela sua região, região de Londrina e merece todo o nosso crédito.

Mas, queria falar um pouco sobre segurança - é uma área que nos preocupa bastante no Estado do Paraná, tem preocupado principalmente a nossa região, e Deputado Barbosa, veja o que é a segurança pública - em Ponta Grossa agora, Deputado Dobrandino, Deputado Bradock, nós estamos chegando na quarta semana consecutiva que não teve um homicídio. Esta é um dado a ser comemorado, Deputado Barbosa, entramos agora na quarta semana, ou seja, vamos entrar dentro de alguns dias a um mês e não há um homicídio numa cidade de quase 400 mil habitantes! Este é um dado que nos deixa e aos repórteres policiais preocupados, que não há mais o que falar a respeito dos crimes.

Vamos entrar agora na quarta semana que não tem um homicídio em Ponta Grossa e prova disso que, mesmo com este dado favorável da segurança, ontem à noite, Deputado Barbosa Neto, o Secretário Delazari esteve lá em Ponta Grossa, atendendo um convite nosso e do Conselho de Segurança, onde fomos discutir um projeto maravilhoso que saiu da idéia de um policial, de um ex-delegado, que incorporou esse projeto através do Conselho de Segurança e que levou isso à Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do seu geoprocessamento e através do Departamento de Informática da Universidade e se criou um projeto inovador a nível de municípios.

O Secretário esteve ontem lá, vendo, acompanhando e, em certo momento do debate, concordando que aquele projeto é muito bom para a Segurança Pública de Ponta Grossa. Então, ontem à noite, Deputado Dobrandino, lá estavam reunidos, o

Conselho de Segurança, os Delegados, o Comandante do 1º BPM, e a sociedade. Sem imprensa. Nós não levamos a imprensa. Não fizemos nenhum tipo de divulgação. Apenas o Secretário foi conhecer um projeto pioneiro a nível de município, diferente daquele projeto que o Estado tem, um projeto que a Universidade está fazendo com o Conselho, com a polícia e com dados surpreendentes.

Então, essa é uma boa notícia. Isso sem contar que nós estamos chegando a três ou quatro semanas sem um homicídio em Ponta Grossa e não tivemos nenhum tipo de operação! Eu acabei de ver o Deputado Barbosa reclamando que tem policial demais em Londrina, nós temos de menos e mesmo assim, conseguimos atingir neste momento, chegar a quatro semanas, sem um homicídio em Ponta Grossa.

O Secretário deu uma informação muito boa, que, dependendo do projeto aprovado aqui na Casa, na sequência, Ponta Grossa vai ter a oportunidade de para lá levar os policiais que estão no caminho, os policiais que fizeram concurso aqui em Curitiba, são mais de cem, estão indo e voltando. Vão e voltam e trabalham, aqui em Curitiba. Com esse novos policiais que serão colocados no Paraná agora, existe uma sugestão dada pela polícia, pelo Conselho, pelo Comando e por todos nós, no sentido de que o concurso em Ponta Grossa não seja feito e que os policiais que estão aqui, sejam transferidos para lá, para evitar esse transtorno de o policial morar lá e trabalhar aqui em Curitiba.

Então, o Secretário já anunciou ontem que, de acordo com o concurso que for realizado, teremos condições de ter esses policiais em Ponta Grossa. Então, Deputado Barbosa, demais Deputados, claro que nós temos problemas na Segurança, precisamos sempre melhorar mais a segurança. A nossa segurança não é 100%. Não estou dizendo aqui que a nossa é a melhor segurança, mas alguns avanços estão acontecendo. A gente critica muito a segurança. Eu mesmo, já critiquei muito, mas nesse momento, quando vemos que há um empenho e quando há um projeto sendo feito por uma cidade, um projeto em que a cidade faz, oferece à Secretaria, interliga-se o projeto ao que o Estado já tem, nós vamos ter um avanço muito importante.

Ontem, os professores, técnicos da Universidade, já devidamente interligados com a polícia, com os Delegados, fizeram um organograma do crime em Ponta Grossa, que foi surpresa, colocando no computador, algo que eu nunca tinha visto e que nos dá, a tendência de que a polícia precisa ser futuro, a polícia precisa estar sempre à frente, precisa estar no computador. Lá no computador - a gente que é leigo em segurança - e impressionante o que aquele Programa pode fazer no que se refere ao crime organizado, na cidade. Ontem fiquei muito contente em saber que estamos no caminho certo. Não estamos 100%. Não estou dizendo aqui que a nossa segurança é a melhor do mundo, não.

A nossa segurança...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. terá mais trinta segundos para concluir.

O SR. JOCELITO CANTO (Sem Partido)

Obrigado, Sr. Presidente.

A nossa segurança está aos poucos evoluindo e a presença do Secretário ontem, lá, mesmo no momento em que nós estamos, digamos assim, passando um momento bom, foi lá fortalecer ainda mais a nossa segurança com os demais membros da Polícia e do Conselho.

Imagine, Deputado Elio Rusch, Presidente, na hora em que vierem os novos policiais para Ponta Grossa e na hora em que a gente puder ter uma operação como Londrina está tendo hoje, que têm tantos policiais nos bairros da cidade!

Então é isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito Beto, de Guaporema, e dos Vereadores Irineu, Luiz Gasparin e Bráulio que para nós é uma satisfação eles estarem aqui na nossa Casa.

Também nosso ex-Deputado e Prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck. Sua presença nos agrada muito.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, também para registrara a presença do Vereador Jorginho Pereira, do Secretário de Governo do Município de Jataizinho, Marcos Oliveira, representando o Prefeito Wilson Fernandes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar que o Prefeito Nelson Tureck continua no PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado e sejam todos muito bem-vindos a esta Casa. É sempre uma alegria recebê-los.

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.

Deputado José Maria Ferreira
(PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Também quero aqui fazer o registro do Vereador e Presidente da Câmara de Sertãozinho, o Tuti, juntamente com o Júnior e o Porto, e cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin pelo pronunciamento acerca do IAPAR quando essa instituição, tão importante para o desenvolvimento tecnológico, econômico e muito ligado à produção de nosso Estado, comemora seus 33 anos de existência. Uma existência coroada de êxito e de plena

vitória no campo da pesquisa, no campo da inovação oferecendo alternativas para nossa agricultura que, efetivamente, se coloca entre uma das mais avançadas do mundo e o IAPAR tem uma relação estreita com esse sucesso que a agricultura do nosso Estado e do nosso País conquistou, nestes últimos anos.

Mas, não poderia deixar aqui de falar a respeito do pronunciamento do Deputado, meu amigo, Barbosa Neto. É um Deputado atuante, brilhante, Deputado de primeiro mandato, mas que tem trazido a esta Casa a discussão. É extremamente importante até porque quando nós temos um Parlamento onde só se ouve uma voz e só há um sentido: nós precisamos refazer este Parlamento.

Agora não posso compreender, com toda sinceridade, quando o Deputado Barbosa Neto, Deputada Elza Correia que também é de Londrina, esteve na tribuna há questão de quinze, vinte dias atrás e anteriormente ele já esteve e tem feito denúncias coerentes relatando a dificuldade da nossa Segurança.

Mas, justamente neste momento em que o Governo e seu aparato de Segurança reagem em relação ao crime, reagem em relação àquela situação meio de letargia em que vivia, nós criticarmos o Governo? Criticarmos a ação da Secretaria de Segurança?

Daquela tribuna o Deputado solicitou que fosse a Londrina, que fosse ao interior, que não ficasse só em Foz do Iguaçu, que não ficasse só no Parolin, que não ficasse só na Ferroviária, mas que fosse para o interior porque lá em Londrina, Ibiporã, Cambé estava lá uma grande concentração de violência, com índice de assassinatos acima da média.

Quando o Governo destaca trezentos e poucos homens e vai para operação, ele vem e diz que os policiais são alienígenas, estrangeiros naquela terra. Ora, precisamos ter um norte para poder seguir nas nossas críticas! Eu mesmo era solidário às críticas que fez o nobre Deputado Barbosa Neto daquela tribuna, mas neste momento, o Deputado Barbosa Neto, acho que deixa de ter a razão, porque o Governo está agindo, está combatendo o crime, está combatendo o contrabando, está combatendo o crime organizado. Se nós não temos todos os sucessos então vemos ver. Gostaria, porque o Deputado Barbosa Neto tem a atividade profissional dele voltada e acompanha, acompanha com eficiência essa questão. Agora como é que vamos fazer? Realmente Londrina já teve muito mais policiais. Há vinte anos atrás Londrina tinha 986 policiais no 5º Batalhão. Hoje tem 758 se não falha a memória. Foi o último dado que tive. Agora, onde que foi o erro? Onde ocorreu a falha? Onde está a inoperância nesses vinte anos que não se contratou?

Agora nesses dois anos e meio ao completar o terceiro ano, o Governo incorpora à força-policial do Paraná 2321 policiais militares e 546 policiais civis.

Ora, é uma decisão do Governo que determina que ele está atuante, que eles está presente nesta questão.

Portanto, aqui, deixo a operação de Londrina; estamos com um comando novo, o Comandante Major

Palma. Estive em entrevista com ele. Um cidadão profissional, intelectual, pensa a segurança e coloca, está em prática com certeza uma forma de integrar a sociedade e integrar a questão da segurança.

Tenho certeza que teremos em breve, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma segurança melhor. E quero ter certeza que daquela tribuna depois o Deputado Barbosa Neto vai dizer: Nós melhoramos. Porque acredito na sua coerência.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Grande Expediente, Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho acompanhado as discussões do Plenário da Assembléia Legislativa e muitas dessas discussões se faz menção ou referência à Comissão de Constituição e Justiça, que tenho a honra de presidir. Efetivamente chegamos de uma maneira totalmente atípica à Presidência da CCJ, até porque não era o candidato oficial. Mas, por deliberação da maioria dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, os Srs. Deputados chegaram à conclusão que caberia a mim esta Comissão tão importante da Assembléia Legislativa nos próximos dois anos.

E sem dúvida alguma, com muita satisfação e alegria, pude assumir a presidência e tentar desempenhar o nosso trabalho como Deputado Estadual e muito especialmente como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça em um desafio verdadeiramente grande, porque antes de mim a CCJ era presidida pelo brilhante, eminente Deputado Hermes da Fonseca um dos Deputados mais preparados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E tentamos, e estamos tentando, imprimir o nosso ritmo, a nossa forma, o nosso jeito.

Eu que já tive oportunidade na Assembléia Legislativa de presidir Comissões Parlamentares de Inquérito, de ser Relator de Comissões Parlamentares de Inquérito, de ter sido Líder do Governo, Líder da Oposição, presidido a Comissão de Finanças, Relator do Orçamento do Estado do Paraná por vários anos, também tenho tentado imprimir a minha forma de trabalhar na Comissão de Constituição e Justiça, mas sempre me questioneei, e sempre me perguntei: Como é que nós Parlamentares poderíamos analisar os projetos dos Srs. e das Sras. Deputadas sem que tivéssemos uma Comissão de Justiça aparelhada para esse fim? Fazendo, claro, referências sempre justas e elogiosas a todas as demais Comissões da Assembléia Legislativa e pelos Departamentos técnicos.

Por exemplo: o Departamento Legislativo dirigido com extrema competência pelo nosso querido companheiro Severo, que tanto contribui com a Assembléia

Legislativa, e muito especialmente com a própria Comissão de Constituição e Justiça. Mas, como é que só poderíamos ajudar na melhoria qualitativa do processo legislativo? Pensei então comigo que era necessário criar uma estrutura mínima, e disponibilizar essa estrutura aos Srs. Parlamentares. Mas claro, o Presidente da Assembléia Legislativa, o nosso querido Hermas Brandão, o nosso 1º Secretário Nereu Moura, têm administrado a Assembléia com mãos de ferro, o seja, com economia e com austeridade absoluta, porque vivemos no País um novo momento da nossa história. E nós não poderíamos chegar, ou ter a pretensão de inviabilizar o nosso trabalho à frente da CCJ querendo impor ao Presidente, ou à Mesa Executiva da Assembléia, a criação de carreira, ou da carreira de advogados, ou tampouco a nomeação de cargos comissionados, para dar suporte técnico à CCJ.

Conversando, então, com o Secretário Nereu Moura, com o Presidente Hermas Brandão, me consentiram buscar apoio em Universidades, quer públicas ou privadas, para viabilizar a retaguarda técnica da Comissão de Constituição e Justiça. E efetivamente assim fiz, fui em busca de Universidade que pudessem conveniar com a Assembléia Legislativa, a custo zero praticamente, e disponibilizar os seus melhores alunos, para que eles, juntos a uma coordenação por mim instituída, pudessem começar um trabalho visando dar um suporte técnico à Comissão de Constituição e Justiça. Mas como dar um suporte técnico à Comissão de Constituição e Justiça sem afrontar e sem desrespeitar a legitimidade do mandato que tem o Parlamentar quando da elaboração do projeto de lei? Ou como dar um suporte técnico sem afrontar o caráter discricionário que tem o relator da matéria quando ele elabora o seu parecer?

Convenhamos, essa é uma Casa Política, essa é uma Casa que também deve se pautar pelos princípios técnicos, mas não podemos nos esquecer que cada um de nós, aqui representando a sociedade paranaense, temos a prerrogativa e a legitimidade do mandato de legislar.

Mas, no meu inconformismo, pensava como ajustar à iniciativa parlamentar, o parecer técnico de uma comissão que deve ser técnica como é a Comissão de Constituição e Justiça, e esta nova sistemática que estávamos implementando. Tratei então de orientar a nossa coordenação técnica, que o trabalho a ser desenvolvido pelos nossos acadêmicos deveria ser um trabalho puramente técnico, mas sempre com o intuito maior de salvar toda a proposta legislativa que pudesse ser salva, ou seja, se o projeto tem algum vício que possa ser sanado, deve a análise prévia sanar o projeto. Claro que existem projetos que são incuráveis, por assim dizer, projetos de vícios de iniciativas, projetos que afrontam grandemente a Constituição, esses não têm cura: remédios não nascem sequer no mundo jurídico, mas todos aqueles projetos que pudessem ser saneados deveriam ser saneados. Todos os projetos que pudessem ser emendados, deveriam ser emendados.

Concedo um aparte ao Deputado Hermes Fonseca.

O Sr. Hermes Fonseca (PT)

Quero cumprimentá-lo, hoje, Presidente da CCJ.

Ontem estabeleceu-se um debate aqui com relação à CCJ. Temos que entender que a CCJ tem o seu papel fundamental e não é com a argumentação que o Plenário é soberano, que podemos passar por cima de pareceres fundamentados, corretos, que evidenciam a inconstitucionalidade da matéria.

Ontem estávamos discutindo a constitucionalidade, coisa que há muito tempo não víamos aqui. Toda vez que se fala de constitucionalidade, todo mundo fala que na primeira votação é a constitucionalidade, e muitas vezes estamos passando por cima daquilo que merece mais respeito num projeto de lei.

Temos que respeitar o vício de iniciativa, a inconstitucionalidade, a ilegalidade. São matérias que não pode este Plenário, votando e aprovando sob pena de receber um veto muito claro do Executivo: nós que fazemos parte da CCJ sermos objeto de ação de inconstitucionalidade por qualquer entidade que de direito pode impetrar nessa medida. É preciso separar bem, porque um parecer de um relator é pela constitucionalidade, quando sabemos que o projeto é inconstitucional e vem aqui e o Plenário referencia. Queremos dizer que a Casa tem muitos servidores que são bacharéis, ou advogados, têm alguma função na área do Direito que podem orientar e serem alvos de consultas de todos aqueles que fazem parte da CCJ.

Não podemos usar esse argumento de que o Plenário é soberano. Se isso acontecer, não precisamos de CCJ nesta Casa e nenhuma comissão temática.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço o aparte do Deputado Hermes. Tenho certeza, assim como eu, V. Exa. muitas vezes na Presidência da CCJ se contorce, principalmente pela excelente formação jurídica que tem V. Exa., e já sentiu isso presidindo a CCJ. Muitas vezes o Presidente da CCJ tem que ter essa postura de magistrado; mesmo tendo opinião divergente não pode ficar apartando o Parlamentar que está relatando a matéria, até porque os membros da CCJ são soberanos na sua decisão.

Quando cabe a nós, digo a V. Exa. também, mas a mim, como Presidente da CCJ, decidir, com certeza absoluta, em todas as vezes, V. Exa. decidiu pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade e eu também tive a oportunidade, até agora, em uma única vez, de decidir, em um voto de Minerva, e também fui, naquele momento, pela inconstitucionalidade, não obstante, ser projeto de um grande amigo, ao qual tenho maior apreço e respeito que é o Deputado André Vargas, mas não tive dúvida nenhuma, na hora de decidir, decidi pela inconstitucionalidade.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Durval Amaral, quero tentar contribuir com o seu discurso e dizer que para a Comissão de Cons-

tituição e Justiça esse auxílio do convênio celebrado com as universidades é salutar, mas também dizer que entendo que a ciência jurídica não é uma ciência matemática. Se fosse matemática não existiria nem o Supremo para julgar. Em muitos julgamentos do Supremo é o óbvio que está na frente e quando há alguns interesses em jogo, esse óbvio fica de lado.

Quero dizer que nós, desta Casa, na CCJ, por várias vezes, inclusive cito o Deputado José Maria Ferreira, que tem sido um membro eficiente na vigilância da inconstitucionalidade dos projetos apresentados nesta Casa, e várias vezes argumentamos que não só na CCJ como esta Casa não pode ter dois pesos e duas medidas nos critérios objetivos da lei, ou seja, perante a constitucionalidade, perante a legalidade.

Quero dizer a V. Exa. que, realmente, me solidarizo com essa iniciativa da CCJ e, acredito que temos que adotar um único peso e uma única medida na CCJ, e também o Plenário, porque ontem não foi apenas um projeto que estava em discussão à constitucionalidade, eram dois, e apenas um foi derrubada a constitucionalidade, neste plenário.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço V. Exa. pelo aparte, mas fico muito tranquilo, nobre Presidente Elio Rusch, porque sei exatamente aonde quero chegar e aonde vai chegar a Comissão de Constituição e Justiça. Tenho certeza dos nossos objetivos e dos nossos propósitos.

Todos os relatores estão equilibrados na distribuição das matérias, não existem relatores com dez projetos e outros com cinquenta, há um equilíbrio, independentemente de ser Deputado de Situação ou de Oposição. Nós distribuímos de uma maneira muito equilibrada os projetos para os Srs. Parlamentares.

Fico muito tranquilo, porque todos os projetos que hoje estão sendo distribuídos aos relatores, vão com uma análise prévia sobre a constitucionalidade da matéria. Não quero dizer com isso que as análises prévias possam ser perfeitas.

Muito bem lembrou o Deputado Reni: o direito é um prisma, dependendo do lado que você olha ou daquele que tenha formação jurídica; ele tem uma opinião, outro advogado pode ter opinião diferente.

Se o direito fosse interpretação literal da lei, qualquer semi-analfabetizado poderia ser advogado. Entende, Presidente?

O direito requer interpretação sistemática de todo sistema jurídico.

Por isso, haverá sempre alguns que vão interpretar a norma jurídica de uma maneira, outros interpretarão de outra forma. Não estou aqui abrindo uma válvula de escape, mas é bem isso.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Concede um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Queria cumprimentá-lo, nobre colega Deputado Durval Amaral, pela forma que V. Exa. está conduzindo a CCJ. Evidentemente que todas as Comissões da Casa são importantes, mas a CCJ é uma das mais importantes, porque é a partir dela que podemos desenvolver as nossas ações aqui, em plenário.

Queria dizer que tive - quando passei como suplente da CCJ no ano passado - uma certa angústia, e fui muito clara e objetiva, em muitos momentos, porque entendia e verificava que, em algumas situações havia uma mistura de mérito também, ao invés de separar a questão da legalidade e constitucionalidade, alguns companheiros incluíam o mérito nessa discussão. Isso é muito complicado, separar realmente, considerando-se uma casa política, mas temos que fazer esse exercício dentro da CCJ.

Outra coisa que percebia também, com todo o respeito que tenho a todos os meus colegas aqui da Assembléia, acho que os 54 Deputados têm todo o direito de fazer a lei que achar que devem. Eu entendia naquele momento que muitas propostas poderiam ser indicações. Outros instrumentos que temos para usar, ao invés de leis, porque lei tem que ser revolucionária, tem que ser isonômica e tem que ser realmente universal.

Então, antes de fazer uma lei, companheiro Durval, isso acho que compete também ao Presidente da Comissão, deve ser explicado. Por exemplo, aqui na Casa às vezes quando vou fazer uma pesquisa em relação a alguma lei, já descobri que tem duas, três, até quatro leis sobre o mesmo assunto. Sinto também essa dificuldade aqui na Casa. Acho que essa assessoria que V. Exa. busca, talvez precisássemos também em outros setores porque realmente há uma falha nesse sentido.

A CCJ tem que ser dura no sentido de que tem que ser analisado única e exclusivamente a legalidade e a constitucionalidade do projeto, e não entrar em mérito como vemos, e continuo vendo na CCJ. Sei que a sua tarefa não é uma tarefa fácil. Disse-me o senhor, inclusive, que no caso de ontem, o meu projeto era legal, constitucional, mas se fosse o voto de Minerva, V. Exa. teria dado o voto pela legalidade. Acredito nisso, porque o senhor é um conhecedor também das leis, é um advogado competente, e podemos divergir politicamente, mas tenho que dar crédito à sua competência, enquanto Parlamentar, no que faz.

Queria deixar manifestado isso porque fico muito chateada, às vezes, com um Deputado sabendo que o próprio Presidente da CCJ entende que aquele projeto seria legal e constitucional e ele acaba sendo engavetado como ilegal e inconstitucional. Isso faz parte do processo; vamos melhorando, apurando, e acho que a decisão que V. Exa. toma é muito oportuna, muito boa, porque vai realmente ajudar a todos os Parlamentares.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço o aparte da Deputada Elza, as palavras elogiosas, e quero dizer, como já disse a V. Exa., não

teria nenhuma dificuldade de, até no mérito, poderia agir de forma diferente, mas quanto à constitucionalidade, sem dúvida alguma. Até orientei V. Exa. para que entrasse com impugnação que cabe na CCJ pedindo a reconsideração, e não sendo atendida a impugnação, automaticamente cabe recurso ao Plenário.

Darei um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins e na sequência ao Deputado José Maria, com o maior prazer.

O Sr. Luiz Carlos Martins (Sem Partido)

Deputado Durval Amaral, quero dizer a V. Exa., a este Plenário e àqueles que nos ouvem, que tenho uma honra muito grande de participar da Comissão de Constituição e Justiça e tê-lo como Presidente da Comissão.

Entendi e vou resumir aqui a sua colocação, porque senão teríamos que colocar como requisito para candidaturas a Deputado Estadual, ao Parlamento, ser advogado, porque a Casa aqui é o relato do Estado do Paraná. Aqui tem advogados, aqui tem radialistas, pessoal da agropecuária, enfim, de toda comunidade. Essa mistura é que dá o caminho, a essência do Parlamento. E a Comissão de Constituição e Justiça não é diferente do Parlamento aqui. Senão, para participar da Comissão de Constituição e Justiça teria que ser advogado. É claro que podemos até cometer erros, mas não são erros fatais. Mas muitas vezes, o Deputado, no afã de querer servir, pode até cometer, mas não por intenção. E V. Exa. tem demonstrado ser bastante coerente, transparente, porque a CCJ é uma Comissão transparente: quem quiser participar, participa, inclusive os Deputados que não pertencem à Comissão podem ir lá defender os seus projetos, podem discutir, enfim, só não podem votar, mas podem discutir, encaminhar os seus projetos.

Parabéns pela forma como V. Exa. vem conduzindo e acima de tudo, buscando uma assessoria mais especializada para todos nós que somos integrantes.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Obrigado, Deputado. V. Exa. que também é membro da CCJ e sintetiza que o Parlamento realmente é essência de toda a sociedade.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Deputado Durval, quero cumprimentá-lo pela preocupação que está tendo com relação aos trabalhos da CCJ e reconheço o trabalho extremamente proveitoso para a Casa e para este Estado. Gostaria de fazer uma reflexão, só para que possamos ter alguns encaminhamentos, talvez, no aperfeiçoamento da direção da CCJ.

Uma das funções do Parlamentar é elaborar leis, mas é muito mais importante você discutir teses, propostas, antes que elas sejam elaboradas. Porque não podemos arranhar aquilo que torna um diploma legal, um vício de origem sanado, porque ele deixa de ser um diploma legal, porque às vezes, na maioria delas, ele está usurpando competência de outros setores. Não é por ser

o Parlamento uma formação eclética da nossa sociedade, com vários dos seus segmentos que podemos nos dar ao luxo e o direito de desrespeitar a Constituição, arranhar a hierarquia das leis, usurpar.

Entendo que nós precisamos encontrar um caminho, sim, mas um caminho que harmonize a nossa função, a nossa atividade com respeito a lei, com respeito aos diplomas legais que estão, especialmente da hierarquização. Portanto, nós, às vezes somos mal entendidos, não atendo o interesse quando dou um parecer de um Deputados ou Deputada, mas estamos justamente procurando observar o critério da lei, porque para mim, não é agradável quando vejo aquela urna ali, quando não é voto de homenagem, mas é voto de veto, porque esta Casa, por uma razão ou outra, não cumpriu bem o seu papel.

Felicito e espero que essa Bancada de jovens advogados que está a serviço da CCJ possa também trazer a harmonia das leis inclusive constringendo um pouco um parecer que vai totalmente em desacordo com aquilo que estabeleceu a lei e o parecer prévio.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Faço minhas as suas palavras. Concordo integralmente com o que V. Exa. falou, tem agido e tem atuado na CCJ.

V. Exa. é um Parlamentar que pode não acertar cem por cento das vezes, mas tenta acertar em cem por cento das vezes na CCJ e no plenário desta Casa. Efetivamente tenho muitas vezes me contorcido quando vejo voto em separado de V. Exa. ser vencido, muitas vezes de maneira correta e bem sustentada e outras vezes até passível de questionamento, mas V. Exa. sem dúvida alguma, na CCJ é um dos grandes Parlamentares que têm sempre se pautado pela constitucionalidade dentro da sua convicção.

Quero dizer, que tenho clareza muito grande e por isso mesmo quando fizemos a análise prévia e agora estamos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os projetos que estão sendo distribuídos seguem de uma análise prévia, sobre a constitucionalidade. E há uma carta bem grande, um ofício de uma página inteira dizendo “essa análise prévia não vincula e não obriga o relator da matéria”, mas cabe a todos nós, Parlamentares da CCJ ou não, olharmos aquela análise prévia para que nós tenhamos a convicção sobre a legalidade ou não da matéria apresentada. E esta análise feita por cada membro da CCJ, isso sim, eu encareço, porque de pouco valor teria o trabalho feito, a análise prévia, se os Srs. Parlamentares não pudessem analisar, não pudessem ler.

Nós temos as nossas dificuldades e muito bem colocou aqui o Deputado Luiz Carlos Martins, da formação jurídica, nem todos aqui são advogados e mesmo os que são advogados quantas são as vezes que me vejo diante de uma matéria que não consigo dar uma resposta pronta, tem que estudar, assim é com certeza com o Deputado Hermes, Deputado Braddock, são aqueles

Deputados que têm formação jurídica. Porque o Direito é complexo, mas todos os projetos têm a sua análise prévia.

Então, é questão de analisarmos o conteúdo, a análise prévia, o relator pode concordar ou não. Nós estamos caminhando mais rápido, já estamos publicando na Ordem do Dia da CCJ todas as análises prévias, mas daqui alguns dias nós teremos as Emendas, vamos começar a fazer na CCJ as Emendas das matérias. Mais, daqui alguns dias nós vamos ter a jurisprudência da Comissão de Constituição e Justiça, posições e decisões reiteradas da CCJ. Nós estamos inovando, claro que a inovação, só tem sido possível graças ao apoio incondicional que estamos recebendo dos Deputados-membros da CCJ. Só conseguiremos realmente avançar, na medida que tenhamos o apoio dos senhores no plenário.

Olha, quanto para mim é constrangedor, vocês sabem do relacionamento que tenho com todos os senhores e com todas as senhoras Deputadas. Às vezes um Deputado, uma Deputada chega e diz - Durval o meu projeto recebeu parecer contrário na CCJ. Me corta o coração, mas o que eu posso fazer? Ali é a Comissão Técnica!

Então, nós estamos caminhando muito rapidamente com as inovações. E qual é o balanço que nós fazemos neste momento? Se deu entrada neste ano, na Assembléia Legislativa, 419 projetos; desses, só neste semestre, apenas 59 ainda não chegaram na CCJ. Dos projetos enviados a CCJ, são 360 só neste semestre.

Quero aqui louvar a capacidade legislativa de todos os Deputados e Deputadas. Enquanto algumas outras Assembléias aprovaram doze, quinze, vinte projetos, como é o caso da Assembléia Legislativa de São Paulo, a Assembléia do Paraná presidida pelo Deputado Hermas Brandão já aprovou inúmeros projetos.

Então, aqui no Paraná se legisla e nós Parlamentares exercemos a nossa prerrogativa. Dos projetos temos ainda tramitando na CCJ, dos 360 projetos enviados, apenas 111, e a maioria desses 111 projetos, já todos eles, com análise prévia. Nós analisamos na CCJ este semestre com a nossa Presidência e com apoio dos nossos Deputados, 249 projetos que se referem ao ano de 2005. Foram analisados também mais quarenta projetos que se referem ao ano de 2004, também trinta que se referem ao ano de 2003. Não que quantidade seja sinônimo de qualidade, mas a CCJ já deu parecer nesses quatro meses que presido a CCJ, em 320 projetos. E 48 projetos desse total que tramitou na CCJ, receberam pareceres pela inconstitucionalidade. Foram considerados inconstitucionais.

Então, Sras. e Srs. Deputadas, tenho certeza que a CJ está cumprindo o seu papel. Tenho certeza que só estamos conseguindo alcançar esse objetivo, graças ao apoio incondicional dos membros da CCJ e dos Deputados.

Quero fazer uma homenagem e um agradecimento público ao 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Nereu Moura e ao Presidente Hermas Brandão que, a custo praticamente zero, estão dando as condições necessárias para que a CCJ tenha esse dinamismo. E

dizer que a Assembléia tem, sim, excelentes profissionais, excelentes advogados e o Departamento Legislativo, dirigido pelo nosso companheiro Severo, que é de extrema competência, tem dado subsídio a todo o momento à CCJ e dizer que a Procuradoria também desenvolve um trabalho fantástico na Assembléia Legislativa.

Estamos inovando com o intuito de melhorar e acho que estamos alcançando esse objetivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há mais oradores inscritos para uso do Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia e convido o Presidente Hermas Brandão para que assuma os trabalhos desta Sessão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputada, Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2057, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Rafael Greca, Duílio Genari, Arlete Caramês e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 29 de junho de 2005, em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei nº 412/2005, (Mensagem nº 027/2005) de autoria do Poder Executivo, em Sessões Ordinárias e Extraordinárias.

Dei por recebido na data de ontem e está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2005, que objetiva alterar a redação do *caput* do artigo 16, da Lei nº 1.943, de 23/06/54, e adota outras providências. (Código da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em discussão a emenda da CCJ. Está em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Agora, temos uma emenda de plenário com parecer contrário da CCJ. Está em votação a emenda de plenário com parecer contrário da CCJ.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, já temos uma posição formada, junto com o Governo, que essa emenda deve ser rejeitada. Já temos o parecer contrário da CCJ e quero pedir à Base de Apoio do Governo para que a rejeite, para que fique o projeto na sua originalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Rejeitada por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO DO
PROJETO DE LEI Nº 053/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 053/2005, de autoria do Poder Executivo, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 1.943/54 - Código da Polícia Militar do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, vindo a sofrer emenda de plenário que pretende criar gratificação compensatória por prejuízo funcional presumido no valor de 130% (cento e trinta por cento) do soldo de posto de coronel.

Fundamentação

A emenda apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

A emenda cria um custo para o Estado que não está previsto no plano plurianual fato que é vedado pelo artigo 133, parágrafo 2º da Constituição do Estado que assim prevê:

“Art. 133 *omissis*

§ 2º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”

Destaca-se ainda que o projeto deveria estar acompanhado do impacto-financeiro nos termos exigidos pelos artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:

“Art. 15. Serão considerados não autorizadas, irregulares e lesivas no patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, a lei não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar 101/2000.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Reni Pereira - voto contrário, Plauto

Miró Guimarães, Barbosa Neto, Artagão Júnior e

Ademar Traiano.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2005, que objetiva criar cargos de provimento em comissão com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Está em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda da CCJ.

Aprovada.

Agora, existe uma emenda de Plenário com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Nós da Base Aliada do Governo, pedimos que os Deputados votem contrário a essa emenda, até porque recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Já há entendimento sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Srs. Deputados que aprovam a emenda de plenário com parecer contrário da CCJ, queiram levantar-se.

Rejeitada por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 262/2005

P A R E C E R :

Histórico

A emenda apresentada por cinco Deputados em Plenário desta Casa propõe o aumento de 04 (quatro) para 05 (cinco) os cargos de Coordenador de Agência de Base Hidrográfica - símbolo DAS-5.

A emenda proposta não justifica a sua iniciativa.

Voto do Relator e sua Fundamentação

Embora seja de competência deste Legislativo apreciar e votar as proposições que importem na criação de cargos públicos, como é o objetivo deste projeto de lei, certo é que a iniciativa para propor criação de cargos públicos é privativa do Executivo, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual!

Ainda que o presente projeto de lei tenha origem em uma Mensagem Governamental, não cabe aos membros do Legislativo aumentar os cargos inicialmente propostos pela Administração Estadual, sob pena de usurpar atribuições próprias do Poder Executivo.

Ademais, além do óbice legal da iniciativa, há ainda um segundo impedimento constitucional previsto no artigo 68, inciso I, da mesma Constituição Estadual, quando dispõe que não é admitido aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, exceto quando são projetos específicos de natureza orçamentária.

No mais, até causa estranheza a iniciativa de criar cargo público sem nenhuma justificativa.

Conclusão

Pelo acima exposto, somos de parecer contrário à emenda de plenário por ser inconstitucional, na forma da fundamentação retro.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Hermas Fonseca, Barbosa Neto, Artagão Júnior, Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Delegado Braddock e Reni Pereira.

ITEM 03**VOTAÇÃO EM**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2005, que objetiva dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975, de 17.11.2000, que extinguiu o quadro de Oficiais Femininas da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda de plenário, com parecer favorável da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral de plenário, com parecer favorável da CCJ. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 264/2005

P A R E C E R :

Ementa:

Alteração do quadro de Oficiais Femininas da Polícia Militar (Lei 12.975/2000) - iniciativa do Executivo. Constitucional. Análise Prévia Favorável. Emenda Modificativa - Princípio da Isonomia. Segundo o Princípio da isonomia, “deve-se tratar igualmente os iguais, e de forma desigual os desiguais”.

Preâmbulo

O projeto de lei ora em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem o condão e alterar a Lei 12.975/2000 que trata do quadro dos Oficiais da Polícia Militar. Esse projeto visa incluir a previsão de integrantes femininas a esse quadro de oficiais, na porcentagem de até 50% das vagas, para os cargos de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para as mulheres.

Legitimidade

A Constituição do Estado assim reza:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

(grifos nossos)

Desse modo, atendido o disposto no artigo 66, *caput* da Constituição, qual seja a iniciativa privativa e

exclusiva do Poder Executivo por meio do Governador do Estado, firmando e consolidando a legitimidade para a Assembléia dar segmento ao projeto.

Por isso, o projeto de iniciativa do Poder Executivo, e lavratura dessa casa, encontra-se com consonância com o pré-disposto na legislação, não havendo óbice à sua regular tramitação.

Mérito

Vale ressaltar que, ao destinar taxativamente a porcentagem de 50% das vagas às mulheres, o legislador equiparou de forma igual, ou de forma idêntica a importância no preenchimento e execução das vagas disponíveis. Por outro lado, tem que observar-se que o princípio da isonomia: “a isonomia consiste senão em tratar de forma igual os iguais e, de forma desigual os desiguais”.

É inegável que as atividades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros são predominantemente de uso de força física, pois tratam-se de instituições que detêm o monopólio Estatal da Força, e a utilizam coercitivamente quando necessário.

Sabe-se ainda que as mulheres possuem força física menores que as dos homens, o que não tem relação com o intelecto. Essa limitação física com relação aos homens não os equipara no desempenho das atividades fins da Polícia Militar.

Por isso, sugere-se uma emenda aditiva ao Projeto ora em análise, de acordo com o regimento da casa, para que passem as vagas pertinentes às mulheres serem de **até 50%**, variando conforme a necessidade da destinação desse efetivo, e sendo previamente explicitado no edital do concurso.

Conclusão

Nesse sentido, é senão constitucional o projeto ora em questão, por apresentar-se em perfeita sintonia com a legitimidade da propositura, do interesse e da boa técnica legislativa, desde que atendida a emenda aditiva.

Pelo exposto, em sede de parecer, opino pela aprovação e regular tramitação do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 264/2005 que ora se analisa, conforme o atendimento da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Plauto Miró Guimarães, Artagnão Júnior, Reni Pereira e Ademar Traiano.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA
PROJETO DE LEI Nº 264/2005

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa, artigos 136 e 137 parágrafo 3º, passa a vigorar o artigo 1º dessa lei com a seguinte redação:

“Art. 1º Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinados até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo Feminino.”

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento:

Ratinho Júnior e Plauto Miró Guimarães.

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria dos Deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta Sessão emenda aprovada em 2ª discussão.

Aprovada.

Existe uma emenda de Plenário aprovada em, 2ª discussão. Deputados que aprovam a emenda de Plenário, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só uma curiosidade. Que emenda é esta num título de cidadania honorária?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu posso explicar, Sr. Presidente. É que constava no projeto anterior “cidadão benemérito”, e na verdade o título é “cidadão honorário”. Foi apenas corrigida essa palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Obrigada.

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que proíbe o atendimento telefônico eletrônico (por gravação) nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Exe-

cutivo a incluir na malha rodoviária estadual o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede dispensa de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AOS PROJETOS DE LEI Nºs 105/2005 E 104/2003

Fica alterada a redação dos Projetos de Lei nºs 104/2003 e 150/2005, passando a integrar um único projeto, nos seguintes moldes:

Art. 1º Fica assegurada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de deficiência, a dispensa de parte do trabalho, respeitada a execução de metade da carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. Compreende-se como pessoa portadora de deficiência aquela que sofre debilidade ou incapacidade física, mental ou sensorial, comprovada por perícia médica realizada pelo órgão estadual competente.

I - A redução da carga horária de que trata este artigo será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a atividade da servidora.

Art. 2º A dispensa prevista em lei aplica-se aos servidores e funcionários da Administração Direta e Indireta e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive aqueles que possuem como carga horária 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º A dispensa de parte da jornada de trabalho de que trata esta lei perdurará enquanto, comprovadamente, necessário o tratamento clínico ou terapêutico da pessoa portadora de deficiência, sendo esta submetida anualmente a avaliação pelo órgão estadual competente.

Art. 4º As disposições desta lei aplicam-se ao servidor público:

I - viúvo, separado judicialmente ou divorciado que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela, pessoa portadora de deficiência, desde que comprovada a dependência.

II - que tenha esposa ou companheira portadora de deficiência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Artagão Júnior e Elton Carlos Welter.

Em votação o projeto, ressalvado o Substitutivo Geral de Plenário, com parecer favorável da CCJ. Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação o Substitutivo Geral de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

Aprovado.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF.

Em votação o projeto, ressalvada uma emenda da Comissão de Finanças.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda da Comissão de Finanças.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Não foi feito um entendimento para retirar a emenda? Ou a emenda permaneceria?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda é da Comissão de Finanças.

(**Lê emenda**)

Foi feita somente uma correção.

Em votação a emenda da Comissão de Finanças.

Aprovada.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui na Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, código da Polícia Militar, a licença especial remunerada para fins de transferência para a reserva remunerada ao policial militar.

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Governador do Estado a implantar o Programa de Conscientização e Educação no Trânsito e das outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2005, que autoriza o Poder executivo a reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na empresa Ambiental Paraná Florestal S/A, abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente Orçamento do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA CORRETIVA DA CCJ. EMENDA PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 311/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na Empresa Ambiental Paraná Florestal S/A, e abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, vindo a sofrer emenda de Plenário que tem por escopo reverter o crédito adicional do Estado para custear obras de readequação de infra-estrutura das rodovias vicinais no Estado do Paraná.

Fundamentação

A emenda apresenta óbice de natureza legal e constitucional, tendo em vista que é competência exclusiva do Poder Executivo a elaboração do plano plurianual, do orçamento anual e das diretrizes orçamentárias nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual.

Desta forma, a destinação do crédito adicional aberto pelo Estado somente pode ser efetuada pelo Chefe do Poder Executivo.

Os Deputados somente podem oferecer emendas ao projeto de lei do orçamento anual se forem seguidos os parâmetros do parágrafo 3º do artigo 134 da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art. 134. *omissis*.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios;

Municípios;

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões;
- b) com dispositivos do texto do projeto de lei.”

Desta forma, a emenda de Plenário não se encaixa em nenhuma das hipóteses vertentes, motivo pelo qual não encontra amparo constitucional.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Reni Pereira, Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Artagão Júnior e 01 ilegível.

Está em votação, inicialmente, o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Aprovada.

Em votação a emenda de Plenário, com parecer contrário da CCJ.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Solicitamos aos Deputados da Base de Apoio para que votem contrário à referida Emenda de Plenário, até porque ela já recebeu parecer contrário e já há um acordo com os demais Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda de Plenário com parecer contrário da CCJ.

Rejeitada por unanimidade.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre isenções do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvado o Substitutivo.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação o Substitutivo Geral da CCJ.

Aprovado.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Piraí do Sul, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2005, de autoria do Poder Judiciário, que incorpora, por força do disposto no artigo 4º e seu parágrafo único da Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, as carreiras dos servidores do extinto Tribunal de Alçada do Paraná ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2005, que autoriza a abertura de crédito adicional ao orçamento Geral do Estado, utilizando como recursos a transferência do superávit financeiro do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, apurado no balanço patrimonial de 2004. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA SUPRESSIVA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2005, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre os proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, a regularização da contribuições previdenciárias dos referidos serventuários em atividade e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a criação do Programa de Captação de Água da Chuva, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2005, de 27.04.2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 226/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre a criação do Programa de Captação de Água da Chuva.

Em sua justificativa, o nobre Deputado relata o problema da falta de água, o cuidado que devemos ter com os desperdícios, retrata experiências em Estados brasileiros que adotaram programa semelhante, e apresenta-as na forma de projeto de lei.

O presente projeto é constitucional, pois o artigo 207, parágrafo 1º da Constituição Estadual, determina que:

“Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios, e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais. (grifo nosso)

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

...

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (grifo nosso)

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

XII - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo.”

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 226/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre a criação do Programa de Captação de Água da Chuva.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 225/2005. A proposição cria programa que objetiva a captação, armazenamento e utilização das águas pluviais pelas edificações públicas do Estado do Paraná, evitando, com isso, desperdício de um bem tão importante para a vida do planeta.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 226/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre a criação do Programa de Captação de Água da Chuva.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 12 do Regimento Interno, verificou que a medida em referência tem em vista a grande repercussão social de ações que visam ao uso racional e econômico da água.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2068, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2069, 2079 e 2080 de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2071, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos Deputados André Vargas e Elza Correia, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2073, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2074, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2075, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2078, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2076 e 2077 de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.**

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse requerimento que protocolamos hoje na Casa e pedimos aprovação dos Srs. Deputados, é um requerimento importante que vem, juntamente

com o que aconteceu no dia de ontem, onde, após um ano e meio de investigação, a Polícia Civil e a Secretaria da Segurança cumpriram mandato de prisão a mais de trinta empreiteiros do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Estamos encaminhando para o Ministério Público e para a Secretaria da Segurança, para que estenda esta investigação aos municípios que tinham contratos com estes empreiteiros - que foram presos ontem pela Polícia civil - prestavam serviços para algumas Prefeituras, principalmente da região metropolitana.

Então, é bom que isso seja investigado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão.

Aprovados.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Em nome da Deputada Cida Borghetti e da minha pessoa, gostaria de agradecer a presença do Presidente da Câmara Municipal de Paissandu, Marcos Antônio Ziloni.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 350/2003 e 196/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 053, 150, 161, 262, 264, 311 e 341/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 206/2003 e 226/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2003.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão

PEDIDO DE ADESÃO

Eu, FREDERICO LUGO, funcionário deste Poder Legislativo, com matrícula nº 40116, lotado no Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, nascido em 15.08.1938, portador do CPF nº 354.092.319-53, residente no endereço: Av. Fredolin Wolf, 3939 - Santa Felicidade - Curitiba - PR, CEP: 82010-330, telefone: 3364-9448; com remuneração mensal estimada em R\$ 2.107,52,

S O L I C I T O

ao Sr. Dr. Abib Miguel, MD Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 069/2005, de 02 de fevereiro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, no período compreendido entre os dias 15 de fevereiro a 31 de agosto de 2005, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NBA-01.

Curitiba, 01.06.2005

(a) FREDERICO LUGO

PEDIDO DE ADESÃO

Eu, CARLOS EDUARDO ALVES CORDEIRO, funcionário deste Poder Legislativo, com matrícula nº 41023, lotado na Diretoria Geral, nascido em 06.04.53, portador do CPF nº 201.123.199-04, residente no endereço: Rua João Zaniolo, 100 - Ap. 02 - Rebouças - Curitiba, telefone: 3334-6588; com remuneração mensal estimada em R\$ 1.627,88,

S O L I C I T O

ao Sr. Dr. Abib Miguel, MD Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 069/2005, de 02 de fevereiro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, no período compreendido entre os dias 15 de fevereiro a 31 de agosto de 2005, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Agente Administrativo.

Curitiba, 28.06.2005

(a) FREDERICO LUGO

